Informativo CNI
Ano 4 • Número 1 • janeiro de 2017 • www.cni.org.br

O que esperar da política comercial da Argentina em 2017? 2

Balanço do comércio exterior em 2016 3

Eliminação de restrições remanescentes nos mercados cambial e de capitais 6

INFORMATIVO DE BUENOS AIRES

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Visita de Macri ao Brasil: parceria estratégica e fortalecimento do Mercosul

No dia 07 de fevereiro de 2017, realizou-se a visita de Estado do presidente da Argentina, Maurício Macri, ao Brasil. De natureza política, o evento incluiu visitas aos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.

O Comunicado Conjunto assinado ao fim do encontro destaca o caráter estratégico da relação entre os dois países e saúda a revitalização dos canais institucionais de diálogo ao longo de 2016. Na agenda bilateral, há a indicação de prioridade para o desenvolvimento e a integração fronteiriça, conectividade física e cooperação energética e esforço em matéria de coerência regulatória para facilitar a fluidez e o aumento do intercâmbio comercial.

A Comissão Bilateral de Produção e Comércio é apontada como instrumento adequado para resolver questões comerciais e que tratará de aprofundar a integração produtiva e o desenvolvimento conjunto da cadeia automotiva orientado ao livre comércio. Também houve entendimento para a revisão do Acordo Bilateral para Evitar a Dupla Tributação.

Na área agrícola, as medidas restritivas aplicadas ao comércio agrícola e de produtos agroindustriais serão revisadas para eliminação de barreiras que não tenham base técnica e científica.

A agenda bilateral deve incorporar, além do comércio e da agricultura, os seguintes temas: mecanismos de coordenação política Brasil-Argentina; integração fronteiriça; integração física; cooperação consular; cooperação em segurança; transporte aéreo; cooperação energética; cooperação em defesa; cooperação nuclear; cooperação espacial; cooperação em ciência e tecnologia; cooperação técnica; cooperação jurídica; cooperação em direitos humanos; diplomacia pública; turismo; cooperação cultural; e cooperação sobre investimentos.

Os dois presidentes destacaram também, no Comunicado Conjunto, o compromisso de fortalecimento do Mercosul. Coincidiram em avançar na definição de uma agenda de trabalho para fortalecer sua relação e a inserção do Mercosul em novos mercados. Como prioridades tanto para a presidência pro tempore da Argentina, no primeiro semestre de 2017, como para a do Brasil, no segundo semestre do ano, o Comunicado destaca as negociações do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos e do novo Protocolo de Compras Públicas.

A agenda Mercosul deve tratar ainda das seguintes questões: diálogo com a Aliança do Pacífico a partir das bases de interesse comum tais como facilitação de comércio, intercâmbio de informações

e boas práticas para pequenas e médias empresas, acumulação de origem, cooperação aduaneira e promoção comercial; coordenação macroeconômica no Mercosul com vistas a intensificar o intercâmbio de informações macroeconômicas que permita análises de impactos de negociações com outros blocos e debates sobre tendências de convergência macroeconômica; e avanço em busca de um acordo de associação equilibrado, ambicioso e mutuamente benéfico entre o Mercosul e a União Europeia (EU), conforme forte compromisso reiterado pelos dos dois países.

O texto completo do Comunicado pode ser encontrado na página do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.[1]

O que esperar da política comercial da Argentina em 2017?

No final do ano passado, o governo apresentou um plano de "Inserção Inteligente ao Mundo", que propõe avançar em acordos que permitam ampliar mercados para exportações, atrair investimentos, incrementar o turismo e fortalecer a institucionalidade.

Propõe-se ainda desenvolver ferramentas específicas para a alavancagem da capacidade exportadora, como a janela única de comércio exterior, para simplificar e centralizar os trâmites para importar e exportar.

Reformas: é de esperar que o governo continue implementando reformas para melhorar as condições dos setores exportadores, reduzindo o peso dos impostos de forma compatível com os objetivos de déficit fiscal fixados para o ano. Também se espera que continue a redução da proteção de setores tradicionalmente não competitivos, como foi o caso da informática.

Brasil e Mercosul: A Argentina buscará maior aproximação com seu principal aliado econômico com o objetivo de incentivar a integração regional e uma agenda econômica consistente para o Mercosul. Além disso, o eixo central estará posto no avanço das negociações do Mercosul com a UE. Mas, também ganharão importância as negociações com outros países, como o caso da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), que já há início das negociações para um acordo de livre comércio e Coréia do Sul e Japão.

Tratados de Investimentos: bilateralmente, não se descarta a negociação e assinatura de Tratados Bilaterais de Investimento, uma ferramenta que o país não utilizava desde o ano 2001. Em novembro de 2016 assinou-se um tratado de promoção e proteção de investimentos com Qatar, e existem diálogos com Japão para avançar em um convênio similar[2].

OMC: No âmbito multilateral, a Argentina organizará a Conferência Ministerial da OMC em dezembro de 2017. Ainda que o tema da conferência ainda não esteja claro, e não se esperam grandes avanços, o evento se dará em um novo palco mundial e, portanto, é esperado que adquira grande relevância simbólica. Em termos gerais, a Conferência seguirá a linha do ocorrido em Bali (2013) e Nairóbi (2015), onde se adotaram o Acordo sobre Facilitação de Comércio e o compromisso de eliminar subsídios à exportação agrícola.

Estados Unidos: impactos potenciais sobre a Argentina estão relacionados à imprevisibilidade sobre a renovação do Sistema Generalizado de Preferências (SGP) e a proliferação de medidas unilaterais por parte do governo norte-americano.

1 - http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15709-declaracao-conjunta-presidencial-por-ocasiao-da-visita-de-estado-do-presidente-mauricio-macri-a-brasilia-7-de-fevereiro-de-2017
2 - http://www.casarosada.gob.ar/informacion/eventos-destacados-presi/36204-argentina-y-japon-firman-un-acuerdo-para-impulsar-inversiones-y-fortalecer-las-relaciones-comerciales

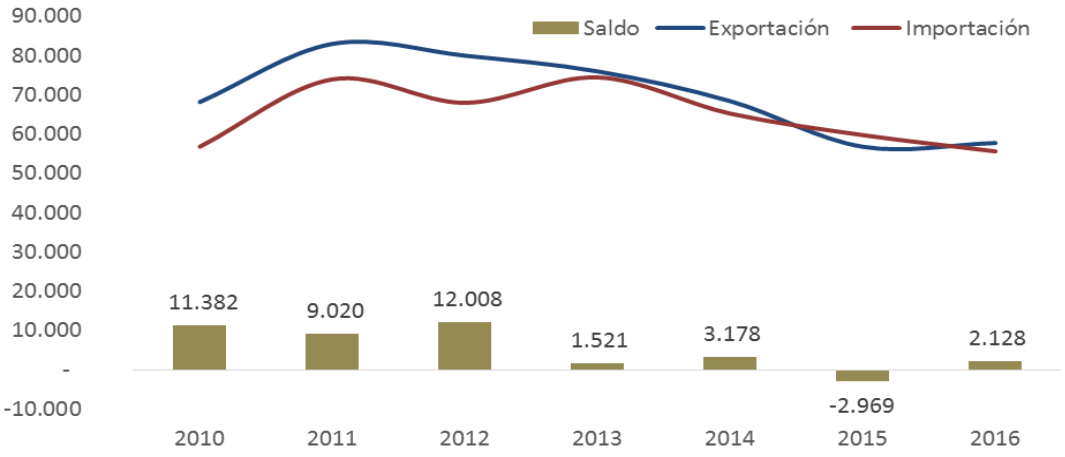
Outro ponto relaciona-se com as consequências globais de uma política protecionista do governo de Donald Trump, que tende a gerar um cenário internacional instável para comércio e investimentos. Uma política de "America First" teria efeitos sobre o equilíbrio de poder global, impulsionando uma maior influência Chinesa. Neste marco, Argentina se beneficiaria de uma estratégia de inserção mais agressiva com os países do Sudeste asiático, demandantes de matérias prima, com a África e países da América Latina.

Balanço do comércio exterior em 2016

A Argentina terminou 2016 com um superávit comercial de US$ 2,4 bilhões, mudança substantiva em relação aos resultados de 2015, quando tinha um déficit de US$ 3,1 bilhões. O resultado do ano passado explica-se pelo crescimento de 1,6% no valor das exportações em conjunto com uma queda de 6,9% nas importações.

Em 2016, o governo iniciou um processo de abertura, removendo parte das restrições à importação e no mercado de câmbio e reduzindo tributos em setores exportadores. É esperado que a mudança de orientação nas políticas comerciais leve a um novo superávit comercial em 2017.

Gráfico 1 – Balança comercial de Argentina (total). Em milhões de USD



Fonte: ABECEB com base em dados do INDEC.

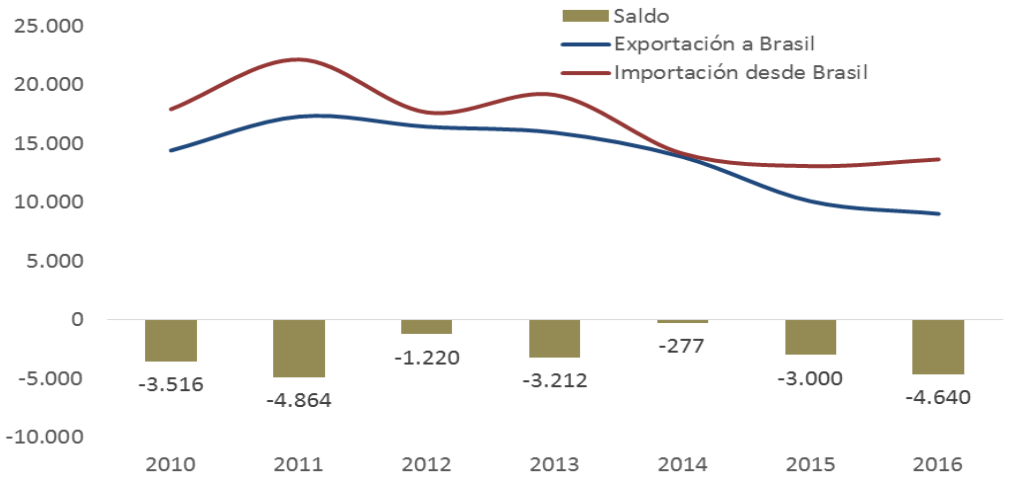
Por outro lado, o efeito da recessão brasileira na demanda externa Argentina foi muito relevante em 2016, especialmente no setor industrial. A crise no Brasil contribuiu para um aumento recorde nas importações de veículos acabados na Argentina. Mas, a estabilização do Real e a melhoria do comércio bilateral entre os dois países no fim do ano geraram perspectivas mais favoráveis para as exportações industriais argentinas em 2017.

a. Evolução das importações em um contexto de maior abertura

No final de 2015, o governo implementou um novo sistema de controle para as importações, o Sistema Global de Monitoramento de Importações (SIMI), que substituiu o controvertido sistema de Declaração Jurada Antecipada de Importação (DJAIs), em vigor desde 2012.

A lista de produtos afetados por licenciamento não-automático (LNA) abrangeu 1.385 produtos inicialmente, mas depois de várias modificações ao longo do ano, a lista afeta atualmente 1.629 posições. Assim, do total importado, cerca de 20,6% é afetado por LNA.

Gráfico 2 – Balança comercial de Argentina com o Brasil. Em milhões de USD



Fonte: ABECEB com base em dados do INDEC.

O novo sistema de controle de importação, juntamente com a eliminação da maioria das restrições no mercado de câmbio, preocupou industriais argentinos quanto a um aumento acentuado das importações. No entanto, as compras externas caíram em função da queda na atividade e da taxa de câmbio.

b. Baixo crescimento das exportações, apesar de sinais positivos no final do ano

Do lado das exportações, o novo governo implementou uma série de medidas para flexibilizar as condições e os direitos de exportação. Estas medidas incluem a eliminação da tributação de exportação de produtos agrícolas, como trigo e milho e uma redução gradual para a soja e produtos derivados da soja.

As exportações industriais tiveram desempenho ruim no ano de 2016, principalmente pela forte queda na demanda do Brasil. As exportações de bens manufaturados de caíram 6,6% em 2016, mas aquelas dirigidas ao Brasil caíram 20,8%.

A queda nas exportações se acentuou ao longo dos meses, mas o contexto melhorou no fim do ano. A moderação da recessão no Brasil e uma apreciação do real frente ao peso contribuíram para esse cenário.

c. Consolida-se a diversificação dos destinos de exportação em 2016

Em 2016 houve maior diversificação dos destinos das exportações argentinas, mas uma maior concentração nos setores. Houve menor participação do Brasil e da China no valor e um crescimento de países do Magreb e do Sudeste Asiático (Tunísia, Egipto, Arabia Saudita, Turquia Coreia, Tailândia e Vietnã), além de uma maior importância dos Estados Unidos.

As importações, pelo contrário, concentraram-se mais em origem, com um aumento considerável na participação do Brasil, e diversificaram-se em setores, ainda que a taxas menores.

Novas modificações nos direitos de exportação sobre produtos primários

O governo argentino avança na redução de direitos de exportação sobre produtos primários e recursos naturais para promover as exportações e os investimentos nesses setores, bem como para fortalecer economias regionais.

Com este objetivo, o Decreto N° 1343/2016 determinou uma redução gradual da alíquota do direito de exportação sobre soja e seus subprodutos de 0,5% mensal, desde janeiro de 2018 até dezembro de 2019. A referida disposição atinge além dos grãos de soja, misturas de azeites refinados, misturas e preparações de origem vegetal e produtos que contenham soja em sua composição. Assim, as retenções à soja serão reduzidas de 30% para 18% em dezembro de 2019.

Tabela 1 – Redução progressiva de direitos de exportação sobre soja e subprodutos

Linha Tarifária (NCM)	Descrição	Direitos de exportação (%)		
		Dezembro 2017	Dezembro 2018	Dezembro 2019
1301 90 00	Soja	30%	24%	18%
1517 90 10	Misturas de azeites refinados, que contenham azeites de soja	27%	21%	15%
1517 90 90	Misturas de preparações de origem vegetal, que contenham azeite de soja			
2302 50 00	Salvados, farelos e demais resíduos de soja			
2308 00 00	Produtos que contenham soja em sua composição			

A medida fazia parte das promessas de campanha do presidente Mauricio Macri, e sua adoção foi postergada para 2018.

Por outro lado, o Governo anulou as retenções às exportações de petróleo e derivados desde o dia 6 de janeiro. Isto ocorreu porque a Lei 25.561, pela qual se aplicavam as retenções, perdeu sua vigência na data mencionada. Dessa forma, o Executivo optou por deixar a Lei expirar ao invés de definir uma prorrogação.

O estabelecimento de retenções petroleiras foi uma das medidas realizadas no contexto da emergência econômica decorrente da crise de 2001. O esquema começou com o decreto 310/2002 e continuou com a lei 26.217 e a resolução do Ministério de Economia 394/2007. A partir de 7 de janeiro, o Sistema Informático de Aduana María (SIM), mediante o qual é processado grande parte do comércio exterior, já não efetuou retenções sobre estes produtos. A decisão vincula-se ao aumento de 8% nos combustíveis adotado no mês e com o acordo sobre exploração de petróleo no local conhecido como "Vaca Muerta" e, portanto, faz parte do objetivo do governo de alinhar o preço doméstico do combustível ao preço internacional dando maior previsibilidade e rentabilidade aos investidores petroleiros.

Eliminação de restrições remanescentes nos mercados cambial e de capitais

O Banco Central emitiu, em 31 de dezembro de 2016, a circular N° 6.137, eliminando o limite de US$2.500 mensais para residentes e de US$10.000 para não residentes para compra ou venda de moeda estrangeira em espécie. A decisão significa eliminar o que restava do regime de controle cambial conhecido por "cepo cambial". A operação poderá ser feita em qualquer bancosem exigência de que o interessado seja seu cliente.

Não são impostos limites, mas apenas a indicação da origem dos recursos, em cumprimento às normas de prevenção de lavagem de dinheiro. Por outro lado, o governo eliminou, por meio da Resolução N° 1/2017 do Ministério da Fazenda, os prazos de permanência para capitais no país, uma restrição que datava de 2005 disposta pelo então Ministro Roberto Lavagna, com o objetivo de limitar a entrada dos chamados "capitais especulativos". O prazo já tinha sido reduzido para 120 dias durante a gestão de Alfonso Prat-Gay. Em 2007, as ações argentinas foram rebaixadas à categoria de "mercado fronteira" por Morgan Stanley em função dessas práticas.

Estas disposições relacionam-se com a decisão por parte da atual administração de eliminar as restrições ao comércio e investimentos e liberar o mercado financeiro. Nas considerações iniciais da Resolução são reafirmados os objetivos de " unificar o mercado de câmbio, eliminar as distorções ao comércio exterior e restabelecer as relações financeiras com o resto do mundo". A agência de risco JP Morgan anunciou que poderá rever a classificação do país de "país fronteira" para "país emergente" conforme essas novas medidas adotadas pelo governo.

EUA suspende por sessenta dias decisão que permitiu importação de limões da Argentina

Em anúncio feito pelo Departamento de Agricultura dos EUA (da sigla em inglês USDA) e de acordo com orientação recebida da Casa Branca em 20 de janeiro de 2017, o governo norte-americano recém empossado suspendeu por sessenta dias a decisão adotada em 23 de dezembro passado que permitiu importações de limões frescos provenientes do noroeste da Argentina.

No marco da esperada melhora nas relações bilaterais entre a Argentina e os Estados Unidos (EUA), o Serviço de Inspeção de Saúde Animal e Vegetal (da sigla em inglês APHIS) do Departamento de Agricultura (USDA) dos EUA havia autorizado novamente a importação de limões da Argentina, a partir de abril de 2017, desde que os produtos atendessem ao certificado fitossanitário correspondente.

A exportação de limões argentinos para os EUA estava proibida desde setembro de 2001. O governo da Argentina se queixava sobre a situação desde 2008 e, em 2012, recorreu à Organização Mundial do Comércio (OMC). É importante salientar que a Argentina é o principal produtor e exportador de limões em nível mundial. Com este mercado recuperado, esperava-se que a exportação do produto aumentasse em cerca de US$ 20 Milhões, ou seja 18.000 toneladas anuais.

A situação das importações de limões da Argentina parece que está sendo reavaliada no contexto de uma revisão geral de todo o comércio dos EUA.

3 - https://www.aphis.usda.gov/aphis/newsroom/news/!ut/p/z1/04_Sj9CPykssy0xPLMnMz0vMAfljo8ziffxNnA2dgg183N0CXA0cQ_29nDz9DIwM_Ez1w1EV-Id5mBk4uoaEhvhZGDp5WhrpRxGj3wAHcDQgTj8eBVH4jQ_Xj8JvhRm6AixeJGRJQW5oaIRBpicAJxAIDg!!/?1dmy&urile=wcm%3apath%3a%2Faphis_content_library%2Fsa_newsroom%2Fsa_stakeholder_announcements%2Fsa_by_date%2Fsa-2017%2Flemons-argentina

INFORMATIVO DE BUENOS AIRES | Publicação mensal Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.org.br | Unidade de Negociações Internacionais - NEGINT | Gerente Executiva: Soraya Saavedra Rosar | Equipe Técnica: Carolina Matos, Eduardo Freitas Alvim, Fabrizio Panzini e Lucia Maduro | E-mail: negint@cni.org.br | Website: negint.cni.org.br
Supervisão Gráfica: Núcleo de Editoração CNI | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. Documento elaborado a partir de informações da ABECEB com dados entre os dias 18 de novembro de 2016 a 18 de dezembro de 2016.